

Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 270p.

Bruno Gontyjo do Couto

Professor voluntário do Departamento de Sociologia da UnB (SOL-UnB) e doutorando do Programa de Pós-Graduação do mesmo departamento. Membro do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB).

Débora Maria Borges de Macedo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB.

“Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil”, livro de autoria do Prof. Joaze Bernardino-Costa publicado pela Editora da Universidade de Brasília em 2016, traz uma valiosa pesquisa a respeito das experiências históricas das principais organizações sindicais de trabalhadoras domésticas no país, demonstrando ainda como os esforços de articulação e colaboração entre elas levaram à constituição de um importante movimento social e político de caráter nacional. Através da recuperação de documentos históricos e da interlocução com parte das líderes sindicais que têm protagonizado essa história, o autor desenvolve uma copiosa reconstituição das inúmeras lutas políticas e sociais vivenciadas por essas trabalhadoras desde a fundação da primeira organização na década de 1930 até a recente aprovação da Emenda Constitucional nº 72/2013. Contudo, como sublinhado por Sueli Carneiro na apresentação do livro, o mérito desse resgate vai muito além do seu valor historiográfico. Ao longo de toda a obra, Bernardino-Costa retoma as experiências dos sindicatos e do movimento nacional de trabalhadoras domésticas a partir de uma dupla perspectiva: em uma primeira linha de análise, propõe-se a compreendê-las enquanto projetos individuais e coletivos de resistência de re-existência; em uma segunda linha, tenciona aprendê-las enquanto narrativas dissonantes, saberes subalternos portadores de críticas profundas à sociedade brasileira.

Tomando as reflexões desenvolvidas pelos autores pós-coloniais e decoloniais como ponto de partida, Bernardino-Costa sublinha como a experiência social moderna esteve desde sempre associada à consolidação do colonialismo como um novo padrão de poder mundial. Padrão este que, ao estar fundamentado em imagens de mundo profundamente eurocêntricas, produziu uma série complexa de hierarquias e dispositivos histórico-sociais de submissão que exploraram e invisibilizaram outras formas de individualização e subjetividade com base em critérios como raça, gênero, classe, religiosidade, dentre outros. Tratam-se de hierarquias sociossimbólicas que se desdobraram não somente na opressão e muitas vezes no extermínio dos sujeitos colonizados, mas também na

negação e apagamento de seus saberes, conhecimentos, tradições e memórias. Assim, inspirado pelo projeto de conhecimento decolonial proposto por autores como Walter Dignolo e Ramón Grosfoguel, Bernardino-Costa volta-se para as vivências sociohistóricas dos sujeitos subalternizados pela “colonialidade do poder” no intuito de apreendê-las enquanto situações dialógicas – posições estruturais ambivalentes – nas quais outros enunciados, narrativas e saberes são produzidos de modo crítico e em franca contradição com as perspectivas sociais hegemônicas que os ignoram e silenciam.

Dessa forma, em um primeiro plano, o autor propõe-se a pesquisar e reconstruir a trajetória histórica das principais associações e sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil enquanto um movimento social e político de resistência à exploração econômica e à marginalização social, salientando como essas organizações político-trabalhistas lutaram ao longo de décadas pela afirmação da existência individual e coletiva das trabalhadoras. Ao mesmo tempo, em um segundo plano, o autor procura demonstrar como essas organizações se constituíram enquanto lócus de enunciação a partir dos quais falas dissonantes a respeito da sociedade brasileira foram produzidas. Trata-se de espaços de mobilização, conscientização e reflexão nos quais se forjaram outras possibilidades de narrativa a respeito das relações sociais – e mais especificamente, as relações hierarquizadas de gênero, raça e classe – no Brasil. Nesse sentido, ao longo de todo o livro, Bernardino-Costa sublinha como o movimento das trabalhadoras domésticas produziu uma “contranarrativa à idílica representação do Brasil estruturada no mito da democracia racial e no mito do bom senhor” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p.56). Inspirado pelo projeto decolonial, importa ao autor trazer para o centro da análise essa outra narrativa a respeito da nossa sociedade e da nossa história, que estava até então apagada e silenciada.

Assim, no segundo e terceiro capítulo, por meio de entrevistas com as líderes sindicais e análise de documentos históricos, Bernardino-Costa reconstitui a história das associações e sindicatos das trabalhadoras domésticas em algumas

idades centrais do país, a saber: Santos, Campinas, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Ao longo do capítulo, o autor retoma os processos de fundação, consolidação e atuação histórica dessas entidades com o objetivo de mapear como as interpretações e ações motivadas pelas dimensões estruturais de classe, gênero e raça foram sendo incorporadas ao dia a dia dessas organizações, sobretudo, a medida que elas iam se articulando politicamente com outros atores sociais, como movimentos sindicais, feministas e negros.

A Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos foi fundada em 1936 por Laudelina de Campos Melo, uma organização pioneira que tinha como objetivo conquistar o status de sindicato para, então, negociar o reconhecimento jurídico da categoria das trabalhadoras domésticas e de seus direitos trabalhistas. Segundo o autor, a organização tinha como característica uma articulação política pragmática, algo que seria recorrente no movimento das trabalhadoras domésticas. Apesar do enfoque centrado na reivindicação de igualdade perante as outras categorias trabalhistas, a associação também realizava atividades culturais e de lazer com o objetivo de fortalecer a solidariedade política entre as trabalhadoras domésticas.

Já na década de 1960, após se mudar para Campinas, Laudelina também vai participar da criação da associação de trabalhadoras domésticas daquela cidade. Inconformada com a discriminação com relação às trabalhadoras presentes nos anúncios de jornal, Laudelina desenvolve uma série de reuniões preparatórias que irão culminar na criação da associação. Mais uma vez, a atuação política da entidade esteve voltada para a legalização da profissão junto ao Estado. Dessa forma, a líder da associação acreditava que atividades de conscientização e profissionalização da categoria eram fundamentais para a reivindicação organizada de seus direitos. Em 1967, durante encontro com o ministro do trabalho Jarbas Passarinho, Laudelina escuta do mesmo que a regulamentação da profissão e o status de sindicato só seriam possíveis com a união da categoria. A partir de então, a entidade intensifica as atividades de articulação com as demais associações que vinham se espalhando pelo país. Apesar de ter vivenciado um

hiato na década de 1970, a associação de Campinas cumpre papel decisivo na estruturação do movimento de trabalhadoras domésticas em âmbito nacional. Apesar do enfoque classista da organização, desde a década de 60 eram promovidas atividades culturais em colaboração com o movimento negro com uma perspectiva fortemente racial: baile das debutantes negras, grupo de cultura do negro, etc. Segundo Bernardino-Costa, essas atividades tinham um evidente propósito de afirmação e resistência da população negra de Campinas, salientando que a associação, mesmo que em segundo plano, também tinha uma preocupação com a temática racial.

No período de 1960 e 1970, o autor sublinha a importância da Juventude Operária Católica (JOC) muitas vezes como o primeiro espaço no qual as trabalhadoras domésticas poderiam se encontrar, compartilhar problemas, avaliar sua situação e se mobilizar. A organização religiosa foi fundamental para a formação política de grupos de trabalhadoras domésticas, principalmente em Recife e no Rio de Janeiro. Pensada inicialmente a partir das reuniões da JOC, a Associação de Empregadas Domésticas de Recife foi fundada em 1979 e, como as demais, também teve uma atuação voltada para o reconhecimento profissional da categoria via direitos trabalhistas. A entidade atuou principalmente no sentido da conscientização enquanto classe e, desse modo, iniciou campanhas para que as trabalhadoras não morassem mais na casa da patroa: a moradia própria seria fundamental no rompimento de laços afetivos e ideológicos com a patroa, além de uma forma de conscientização a respeito dos problemas da categoria. Desde a década de 80, a entidade de Recife tem mantido um relacionamento frutífero com o movimento feminista. Além de estar vinculada a organizações feministas daquele estado, a associação realiza palestras ministradas por ativistas da área. Segundo o autor, apesar da base de interpretação da organização ser predominantemente classista, existe um questionamento muito forte a partir das considerações de gênero.

A mobilização para criação da Associação de Trabalhadoras Domésticas do Rio de Janeiro também aconteceu em meio às reuniões da JOC. Percebendo as

enormes diferenças que as separavam dos demais trabalhadores, decidiram criar a associação no ano de 1961. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o trabalho da entidade esteve diretamente ligado à pastoral da doméstica: reuniões eram realizadas nas paróquias com o objetivo de valorização pessoal das trabalhadoras, mas também de formação política e mobilização pelo reconhecimento profissional da categoria. A entidade realizava uma série de atividades de conscientização, luta contra as violências e discriminações sofridas pelas trabalhadoras, além de confraternizações e eventos culturais. A associação manteve uma luta contínua pela valorização social e respeito da imagem das trabalhadoras domésticas através de campanhas e boletins. Desde o começo, sua atuação esteve voltada para o reconhecimento jurídico e ampliação dos direitos da categoria, o que a aproximava cada vez mais dos movimentos sindicais-classistas. A interpretação e articulação política estiveram fortemente baseadas na classe social. Apesar da não-proximidade com o movimento feminista, a entidade mantinha uma forte interpretação de gênero, principalmente nas campanhas contra violência e discriminação das trabalhadoras.

No quarto capítulo, o autor procura apreender o processo de constituição do movimento nacional das trabalhadoras domésticas através da recuperação das pautas, discussões e conclusões dos congressos nacionais realizados pela categoria entre 1960 e 2011, demonstrando como teria se dado a articulação entre as diversas entidades do país. De acordo com Bernardino-Costa, ao recuperar a história dos dez congressos nacionais realizados pela categoria, nota-se o modo como as interpretações a partir das ideias de classes, raça e gênero vão surgindo e sendo pouco a pouco incorporadas pelas trabalhadoras. Também é possível notar como se deu a articulação com outros sindicatos, organizações do movimento feminista e negro, além de instituições governamentais e internacionais.

Como dito, o trabalho de mobilização nacional começa em 1967 a partir da conversa de Laudelina de Melo com o ministro do trabalho. Em 1968 é então realizado o 1 Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas na cidade de São Paulo, tendo como objetivo principal unir as associações e planejar ações

nacionais, principalmente no sentido da regulamentação da profissão e reconhecimento de seus direitos trabalhistas. Os três congressos seguintes são realizados em 1974, 1978 e 1981, respectivamente nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. A pauta dos congressos esteve basicamente concentrada na luta pela equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas com relação aos demais trabalhadores. Ao longo das primeiras duas décadas, o movimento nacional esteve fortemente pautado no enfoque classista e na luta pelo reconhecimento da profissão.

O 5 Congresso Nacional, realizado no ano de 1985 na cidade de Olinda, ficou conhecido como um encontro histórico de mobilização das trabalhadoras, pois foi o momento de preparação para participação da categoria na Constituinte. As reivindicações feitas nas conclusões do congresso foram amplamente divulgadas durante a Constituinte com o intuito de contemplar os direitos das trabalhadoras domésticas na nova Constituição. O congresso também ficou marcado pela aproximação com o movimento sindical, através da CUT, e com o movimento feminista, através da ONG SOS Corpo.

Os congressos de 1989, 1993 e 2001, respectivamente sediados nas cidades de Campinas, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, foram marcados pela complexificação da agenda de mobilização e discussão dentro do movimento nacional. Os congressos apresentam uma diversidade de temas como educação, saúde, discriminação, abordando diversos aspectos da experiência individual e coletiva das trabalhadoras. Os planos de ação que são elaborados apresentam um equilíbrio entre as dimensões raciais, feministas e classistas, tratando de toda ordem de problemas vivenciados pelas trabalhadoras e que deveriam ser enfrentados. O movimento também passa por um momento pragmático de articulação política em nível nacional e internacional com o intuito de enfrentar questões específicas e imediatas.

O 9º Congresso Nacional, realizado em Salvador no ano de 2006, foi marcado pela celebração dos 70 anos do movimento desde a fundação da primeira

entidade em 1936. Trata-se de um momento histórico de reconhecimento da trajetória de luta das trabalhadoras, além de discussões sobre a necessidade de renovação das lideranças do movimento e de maior representação política. O 10º Congresso Nacional, realizado em Recife em 2011, também é considerado histórico pelo movimento por conta da aprovação da Convenção 189 na OIT. Os debates do congresso estiveram centrados na ratificação da Convenção.

Finalmente, no quinto e último capítulo do livro, Bernardino-Costa propõe-se a analisar os desdobramentos jurídicos da luta das trabalhadoras domésticas junto ao Estado brasileiro pelo reconhecimento de seus direitos. Como ponto de partida, o autor remonta ao período da escravidão para olhar o desenvolvimento dos vínculos funcionais do trabalho doméstico no país, relembrando que as mulheres escravizadas precederam as trabalhadoras domésticas. O autor reforça que mesmo com a abolição, as relações patriarcais de exploração continuaram se reforçando e se reproduzindo. No universo ‘livre’, as negras continuaram a ser subalternizadas, violentadas e exploradas, contando somente com a mudança no *status*: passaram de ‘mucamas’ para ‘domésticas’, construindo uma falsa relação de integração na família da Casa Grande. A essa alusão, o autor explica que a permanência simbólica da escravidão e a persistência de uma hierarquização racial no âmbito das relações sociais norteiam a prática jurídica até a atualidade (BERNARDINO-COSTA, 2015, p.218).

Desde a década de 1940, a Consolidação das Leis do Trabalho, como principal exemplo, reproduz a lógica da subalternização do trabalho doméstico, excluindo-o dos direitos civis. Da mesma forma, as leis previdenciárias, que revolvem facultativamente a seguridade das trabalhadoras domésticas. Somente em 1972 a categoria profissional passou a ser reconhecida pelo Estado, sem deixar de contar com a contrariedade do patronato e na tentativa de manutenção do *status quo* da escravidão. Depois de muita luta, reivindicações e uma contribuição fortuita dos “senhores”, a categoria de empregado doméstico pôde contar com a inclusão do FGTS em seus contratos; mas somente sob requerimento do empregador – que claro, contribuiu para a manutenção da subalternização das

mucamas. Em 2013, a primeira grande conquista em mais de um século atrasada, a Emenda Constitucional nº72 (desdobramento da PEC das Domésticas) propôs a segurança dos direitos trabalhistas à categoria, que por si não assegura benefícios a quase 75% das trabalhadoras, que não são formalizadas.

Assim, ao longo de todo capítulo, o autor mostra o verdadeiro embate entre trabalhadores e patronato, que longe de uma lógica apenas estrutural e de luta de classes, perpassa as questões da herança escravocrata, cultural e misógina da formação social brasileira. Para além da imposição de uma supremacia branca, mostra a hegemonia do Estado atuando sobre a jurisdição, que talvez poderia servir como base legal para uma possível mudança no sentido igualitário. O que se vê é o contrário: quando há algum movimento em relação à legislação, o Estado – branco e classista – usualmente obedece à ordem hegemônica e à manutenção vertical do poder.

Como conclusão da obra, Bernardino-Costa mais uma vez sublinha que o principal objetivo do livro era falar com e a partir dos sindicatos das trabalhadoras domésticas, registrando as vozes dessas trabalhadoras que foram por tanto tempo esquecidas e silenciadas. Dessa forma, as mobilizações históricas e as respectivas visões dos sindicatos e do movimento nacional de trabalhadoras domésticas são resgatadas enquanto “narrativas alternativas” a partir dos quais as relações sociais do país são repensadas. Trata-se de narrativas contra hegemônicas que não só desmontam imagens de nacionalidade e sociedade pautadas na “harmonia entre grupos no Brasil”, no “mito da democracia racial” e no “mito do bom senhor e da boa senhora”, como também lançam questionamentos importantes para os discursos dos movimentos classistas, negro e feminista hegemônicos. Segundo o autor, as vivências de luta e os discursos produzidos pelas trabalhadoras domésticas apontam para a necessidade desses movimentos levarem em consideração a heterogeneidade e especificidade das múltiplas vozes subalternas.

Nesse sentido, Bernardino-Costa afirma que o movimento nacional das trabalhadoras domésticas constitui um projeto radicalmente decolonial cujo

objetivo em última instância é superar as hierarquias coloniais de classe, raça e gênero ainda presentes na sociedade brasileira e talvez ainda presentes nos movimentos sociais mais amplos. Uma práxis de resistência e re-existência individual e coletiva que há oito décadas vem desconstruindo as narrativas predominantes que por tanto tempo silenciaram e invisibilizaram os atores subalternos.